

**PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE  
ESCRITURA DA  
3.ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA  
S.A. FÁBRICA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS VIGOR**

Pelo presente Instrumento Particular, de um lado, como Emissora,

**S.A. FÁBRICA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS VIGOR**, companhia aberta com sede na Rua Joaquim Carlos, n.º 396, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 61.116.331/0001-86, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Emissora");

e, de outro lado, como agente fiduciário,

**PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.**, instituição financeira com sede na Avenida Paulista, n.º 2.439, 11.º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 00.806.535/0001-54, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos debenturistas da 3.ª emissão de debêntures da Emissora ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista"),

vêm por este e na melhor forma de direito celebrar o presente aditamento ao "**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3.ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA S.A. FÁBRICA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS VIGOR**" (respectivamente, "Aditamento", "3.ª Emissão" e "Debêntures"), que se regerá pelas cláusulas e condições a abaixo dispostas.

O presente Aditamento tem por finalidade alterar os seguintes itens da Escritura de Emissão: 2.2.1., 2.4.1., 3.4.1., 3.7.1., 4.1.1., 4.8.1., 4.11.2., 7.2.1. e 7.8.

Além das alterações acima mencionadas, foi elidido o item 5.1.(l) e foram acrescentados os itens 3.4.2 e 6.2.(f).

Desta forma, a Escritura de Emissão passa a vigorar com a redação abaixo:

**Cláusula 1. AUTORIZAÇÃO**

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com autorização da Assembléia Geral Extraordinária da Emissora, realizada no dia 5 de março de 2004 ("AGE"), nos termos do artigo 40 de seu Estatuto Social.

1.2. Adicionalmente, a AGE delegou ao Conselho de Administração da Emissora, nos termos do artigo 59, parágrafo 1.º, da Lei n.º 6404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), poderes para deliberar sobre alterações e ajustes nas condições das Debêntures, nos termos dos incisos VI a VIII do referido artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações. Caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre o cancelamento das Debêntures não colocadas durante o prazo da distribuição pública.



TELA SP 02/01/04 14:04

**Cláusula II. REQUISITOS****2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários**

2.1.1. A 3.<sup>a</sup> Emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), na forma prevista na Lei n.º 6.385, de 07 de dezembro de 1976, na Lei das Sociedades por Ações, bem como nas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

**2.2. Arquivamento e Publicação da Ata da Assembléia Geral Extraordinária**

2.2.1. A ata da Assembléia Geral Extraordinária ("AGE") que deliberou sobre a 3.<sup>a</sup> Emissão foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e publicada nos jornais Diário do Comércio, Indústria & Serviços e Diário Oficial do Estado de São Paulo, na edição de 20 de março de 2004.

**2.3. Registro da Escritura de Emissão na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP")**

2.3.1. A presente Escritura de Emissão será inscrita na JUCESP, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

**2.4. Registro no Sistema Nacional de Debêntures ("SND")**

2.4.1. As Debêntures terão registro para negociação no mercado secundário através do SND, administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro ("ANDIMA"), e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP").

**2.5. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID")**

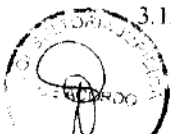
2.5.1. A oferta pública das Debêntures será registrada na ANBID, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data da concessão do respectivo registro pela CVM, em atendimento ao artigo 22 do Código de Auto-Regulação da ANBID, de 16 de janeiro de 2002, para ofertas públicas de títulos e valores mobiliários.

**2.6. Assinatura do contrato de colocação**

2.6.1. A assinatura da presente Escritura de Emissão está condicionada a que tenha sido anteriormente assinado o contrato de colocação das Debêntures, entre a Emissora e a instituição líder.

**Cláusula III. CARACTERÍSTICAS DA 3.<sup>a</sup> EMISSÃO****3.1. Séries**

3.1.1. A 3.<sup>a</sup> Emissão será realizada em 1 (uma) única série.



### **3.2. Montante Total da 3.ª Emissão**

3.2.1. O montante total da 3.ª Emissão será de até R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definida no item 4.1. abaixo.

### **3.3. Quantidade de Debêntures**

3.3.1. Serão emitidas 1.000 (um mil) Debêntures, sendo que, conforme aprovado na AGE que deliberou sobre a 3.ª Emissão, deverão ser colocadas, no mínimo, 600 (seiscentas) Debêntures, perfazendo o montante de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), para que seja mantida a oferta das Debêntures.

### **3.4. Destinação dos Recursos**

3.4.1. Os recursos líquidos captados com a colocação das Debêntures, que remanescerem após o pagamento das despesas relacionadas com o processo de emissão e Distribuição Pública das Debêntures, serão utilizados da seguinte forma: (i) capital de giro; e (ii) a parcela equivalente a R\$20,8 milhões serão utilizados para liquidar a dívida decorrente da emissão de *commercial paper* ocorrida em 2003 ("CPs"), sendo que tal valor compreende o pagamento do principal e juros.

3.4.2. Caso haja Distribuição Parcial das Debêntures, sendo, portanto, captados recursos em montante inferior ao montante total da 3.ª Emissão, que é de R\$50 milhões, a Vigor buscará os recursos faltantes no mercado financeiro. Esses recursos poderão ser obtidos por meio de empréstimos com as instituições financeiras que já são credoras da Vigor ou por meio de outras instituições que tenham interesse em iniciar um relacionamento comercial com a Vigor. Caso a busca por fontes de captação de recursos não atinja o resultado desejado, a Emissora poderá, alternativamente, renovar as linhas de financiamento atuais.

### **3.5. Limite da 3.ª Emissão**

3.5.1. A 3.ª Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que o capital social integralizado da Emissora nesta data é de R\$81.000.000,00 (oitenta e um milhões de reais) e o montante total da 3.ª Emissão, na Data de Emissão, conforme definida abaixo, é de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

### **3.6. Espécie**

3.6.1. As Debêntures serão da espécie com garantia flutuante.

### **3.7. Colocação e Procedimento de Distribuição**

3.7.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de melhores esforços, para a colocação no mercado de balcão organizado, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para colocação por meio do Sistema de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo que a Instituição Líder, com



*[Handwritten signatures]*

expressa anuência da Emissora, organizará plano de distribuição, o qual poderá levar em conta suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, nos termos previstos no artigo 33, parágrafo 3.º, da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM n.º 400").

3.7.2. A distribuição pública das Debêntures somente terá início após a concessão do registro de distribuição pública pela CVM, a publicação do anúncio de início de distribuição e a disponibilização do prospecto aos investidores.

3.7.3. As Debêntures não colocadas durante o prazo de distribuição pública serão canceladas pela Emissora.

### **3.8. Banco Mandatário**

3.8.1 O Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede no núcleo administrativo denominado Cidade de Deus, situado na Vila Yara, no município de Osasco, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12 será o banco mandatário da Emissora junto ao Sistema Nacional de Debêntures ("SND") ("Banco Mandatário").

### **3.9. Instituição Escrituradora**

3.9.1 O Banco Bradesco S.A. será a instituição escrituradora das Debêntures ("Instituição Escrituradora").

### **3.10. Certificados das Debêntures**

3.10.1. A Emissora não emitirá certificados das Debêntures. Para todos os fins de direito, o extrato fornecido pela Instituição Escrituradora servirá de comprovante de titularidade das Debêntures, na forma disposta no parágrafo 1.º do artigo 27 e no parágrafo 3.º do artigo 35, ambos da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, será expedido pelo SND o "Relatório de Posição de Ativos", acompanhado de extrato em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia desses títulos quando depositados no SND.

## **Cláusula IV. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA 3.ª EMISSÃO**

### **4.1. Data de Emissão**

4.1.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 1.º de abril de 2004 ("Data de Emissão").

### **4.2. Prazo e Vencimento**

4.2.1. O prazo das Debêntures é de 3 (três) anos, contados a partir da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 01 de abril de 2007 ("Data de Vencimento"), ocasião em que a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda se encontrarem em circulação, pelo seu Valor Nominal, ou saldo do Valor Nominal, acrescido da Remuneração de que trata o item 4.8. abaixo, calculada *pro*



*rata temporis*, a partir da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme definida no item 4.8.2. abaixo.

#### **4.3. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização**

4.3.1. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal, acrescido da Remuneração (conforme definidos abaixo), calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização.

4.3.2. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional.

#### **4.4. Valor Nominal Unitário das Debêntures**

4.4.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) (“Valor Nominal”).

#### **4.5. Negociação**

4.5.1. As Debêntures serão registradas para negociação junto ao SND, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP.

#### **4.6. Forma**

4.6.1. As Debêntures serão da forma nominativa escritural.

#### **4.7. Conversibilidade**

4.7.1. As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora

#### **4.8. Remuneração**

4.8.1. As Debêntures farão jus a juros remuneratórios, a serem pagos anualmente, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre o Valor Nominal ou saldo do Valor Nominal, observado o disposto no item 4.8.2. e equivalentes a 110% da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros de 1 (um) dia, denominada “Taxa DI *over* extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no Informativo Diário disponível em sua página na *Internet* (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal “Gazeta Mercantil”, edição nacional, ou, na falta deste, em outro jornal de grande circulação, doravante denominada “Taxa DI” (“Remuneração”). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal ou saldo do Valor Nominal desde a Data de Emissão, ou da data de vencimento do último Período de Pagamento de Juros (definido no item 4.8.3 abaixo), conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = \{VN \times [(FatorDI) - 1]\}$$



onde:

J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Pagamento de Juros, conforme definido abaixo, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VN = saldo do Valor Nominal da Debênture no início do Período de Pagamento de Juros, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI = produtório das Taxas DI *over* com uso do Fator Multiplicador, da data de início do Período de Pagamento de Juros, inclusive, até a data do término do Período de Pagamento de Juros, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left[ 1 + \left( \text{TDI}_k \times \frac{\text{FM}}{100} \right) \right]$$

onde:

$n_{DI}$  = número total de Taxas DI *over*, sendo " $n_{DI}$ " um número inteiro;

FM = Fator Multiplicador aplicado sobre a Taxa DI *over* igual a 110;

$\text{TDI}_k$  = Taxa DI *over*, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, sendo

$k = 1, 2, \dots, n$

$$\text{TDI}_k = \left( \frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{360}} - 1$$

onde:

$\text{DI}_k$  = Taxa DI *over* divulgada pela CETIP, utilizada o número de casas decimais divulgado pela CETIP;

$d_k$  = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI *over*, sendo " $d_k$ " um número inteiro.

sendo que fator diário resultante da expressão  $\left[ 1 + \left( \text{TDI}_k \times \frac{\text{FM}}{100} \right) \right]$  será calculado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento. O produtório dos fatores



*[Handwritten signature]*

diários será calculado truncando-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais após a aplicação de cada fator diário.

4.8.1.1. A Taxa DI compreenderá o número de casas decimais divulgado pela CETIP.

4.8.2. A Remuneração será devida anualmente, a partir da Data de Emissão (cada data de pagamento da Remuneração, uma "Data de Pagamento de Remuneração").

4.8.3. O período de pagamento da Remuneração ("Período de Pagamento de Juros") é, para o primeiro Período de Pagamento de Juros, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, e termina no dia imediatamente anterior à primeira Data de Pagamento de Remuneração e, para os demais Períodos de Pagamento de Juros, o intervalo de tempo que se inicia em uma Data de Pagamento de Remuneração, inclusive, e termina no dia imediatamente anterior à Data de Pagamento de Remuneração subsequente.

4.8.4. Cada Período de Pagamento de Juros sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.8.5. Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos itens abaixo quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures.

4.8.6. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou não divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures, por previsão legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados do primeiro dia em que a Taxa DI não tenha sido divulgada pelo prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos, realizar a Assembléia Geral de Debenturistas (conforme o disposto no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, observada a Decisão Conjunta Banco Central do Brasil/CVM n.º 13, de 14 de março de 2003 e/ou regulamentação aplicável, do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures a ser proposto pela Emissora.

4.8.7. Caso, durante a Assembléia Geral de Debenturistas, não haja acordo sobre a nova Remuneração entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das Debêntures em circulação, a Emissora deverá adquirir a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal, ou saldo do Valor Nominal, acrescido da Remuneração devida até a data da efetiva aquisição, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, o que ocorrer por último. Para fins de cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem adquiridas nos termos deste item, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.



#### **4.9. Amortização**

4.9.1. As Debêntures serão amortizadas conforme segue: (i) 20% (vinte por cento) de seu Valor Nominal, atualizado na forma do item 4.3.1, será devido em 1.º de abril de 2005; (ii) 30% (trinta por cento) de seu Valor Nominal, atualizado na forma do item 4.3.1, será devido em 1.º de abril de 2006; e (iii) o saldo remanescente de seu Valor Nominal, atualizado na forma do item 4.3.1, será devido na Data de Vencimento, ou seja, em 1.º de abril de 2007.

#### **4.10. Aquisição Facultativa**

4.10.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação, total ou parcialmente, por preço não superior ao seu Valor Nominal, ou saldo do Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data da efetiva aquisição, observado o disposto no artigo 55, parágrafo segundo, da Lei das Sociedades por Ações. Nesta hipótese, as Debêntures que eventualmente vierem a ser adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado.

#### **4.11. Vencimento Antecipado**

4.11.1. Observado o disposto nos itens 4.11.2. e 4.11.3. abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativamente às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal, ou do saldo do Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, independentemente de qualquer aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial à Emissora, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos:

- (i) não pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal, da Remuneração ou de quaisquer outros valores devidos aos Debenturistas nas respectivas datas de vencimento;
- (ii) pedido de concordata preventiva formulado pela Emissora;
- (iii) liquidação ou decretação de falência da Emissora;
- (iv) protesto legítimo de títulos contra a Emissora, cujo valor em conjunto ou isoladamente ultrapasse R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ajustado pelo Índice Geral de Preços de Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M") desde a Data da Emissão, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, se for cancelado, ou, ainda, se forem prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua ocorrência;
- (v) vencimento antecipado de qualquer obrigação da Emissora decorrente de inadimplemento de obrigação de pagar qualquer valor igual ou superior a



R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ajustado pelo IGP-M desde a Data da Emissão, ou o equivalente em outras moedas;

- (vi) não cumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação relevante não pecuniária prevista nesta Escritura não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento, pela Emissora, de notificação do respectivo inadimplemento enviada pelo Agente Fiduciário; e
- (vii) demais casos previstos em lei.

4.11.2. A ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos subitens (ii) e (iii) do item 4.11.1. acima, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures. Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos subitens (i) e (iv) a (vii) do item 4.11.1. acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento, Assembléia Geral de Debenturistas, a qual deverá ser realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

4.11.3. Após a realização da Assembléia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.11.2 acima, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento do Valor Nominal, ou saldo do Valor Nominal, acrescido de Remuneração e encargos até a data de seu efetivo pagamento, nos termos do item 4.11.1 acima, a menos que Debenturistas que representem dois terços (2/3) das Debêntures em circulação optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

#### **4.12. Pagamento na Ocorrência de Vencimento Antecipado**

4.12.1. Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos do item 4.11. acima, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal das Debêntures em circulação, ou do saldo do Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura da Emissão, em até 5 (cinco) dias úteis contados de comunicação neste sentido a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada no endereço constante da Cláusula IX desta Escritura de Emissão sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.15. abaixo.

#### **4.13. Local de Pagamento**

4.13.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND; ou, (ii) na Instituição Escriutadora, para as Debêntures não registradas no SND.

#### **4.14. Prorrogação dos Prazos**



4.14.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação relativa às Debêntures até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os pagamentos por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

#### **4.15. Multa e Juros Moratórios**

4.15.1. Ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora, de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sujeitos a: (i) multa não compensatória de 2% (dois por cento); (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês; e (iii) incidência da Remuneração, sendo os juros mencionados no item (ii) e a Remuneração calculados *pro rata temporis*, desde a data em que o pagamento era devido até a data do efetivo pagamento pela Emissora.

#### **4.16. Decadência do Direito aos Acréscimos**

4.16.1. Sem prejuízo do disposto no item 4.15. supra, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

#### **4.17. Publicidade**

4.17.1. Os anúncios de início e encerramento de distribuição das Debêntures e todos os atos e decisões que vierem, de qualquer forma, a envolver interesses dos Debenturistas, bem como todos os demais avisos previstos na Instrução CVM n.º 400, serão, obrigatoriamente, veiculados, na forma de avisos, nos jornais habitualmente utilizados pela Emissora para realização de suas publicações.

#### **4.18. Fundo de Manutenção de Liquidez**

4.18.1. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez das Debêntures.

### **Cláusula V. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

5.1. A Emissora obriga-se a:

a) fornecer ao Agente Fiduciário:

a.1) com a maior brevidade possível, qualquer informação que, razoavelmente, venha a lhe ser solicitada;



- a.2) as informações veiculadas na forma prevista no item 4.17. acima, na mesma data em que forem publicadas;
- a.3) informação a respeito de qualquer dos eventos mencionados no item 4.11. acima, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar de sua ocorrência;
- a.4) cópia de suas Informações Trimestrais (ITRs), na mesma data em que forem entregues à CVM;
- a.5) cópia de suas demonstrações financeiras anuais completas, na mesma data em que forem entregues à CVM, acompanhadas de parecer dos auditores independentes;
- a.6) cópia de suas informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM n.º 202/93 e suas alterações posteriores, na mesma data em que forem entregues à CVM;
- b) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM e fornecer aos seus acionistas e Debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, quando solicitado;
- c) convocar, nos termos da Cláusula VII, Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que, direta ou indiretamente, se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- d) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, relacionadas com as Debêntures, inclusive mediante envio de documentos, e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas, devendo manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos investidores na forma exigida pela CVM;
- e) notificar imediatamente o Agente Fiduciário, observado, se for o caso, o disposto na Instrução CVM n.º 358/01, sobre qualquer alteração substancial na sua condição financeira, econômica, comercial, operacional ou societária ou nos seus negócios que:
- (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou, (ii) faça com que as suas demonstrações ou informações financeiras não mais reflitam a sua real condição financeira;
- f) não praticar qualquer ato em desacordo com o seu Estatuto Social e com esta Escritura de Emissão, em especial aqueles que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante a comunhão dos Debenturistas;
- g) cumprir, em todos os aspectos relevantes as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos e que possam impactar de forma adversa tais negócios e ativos;
- h) preparar, em conjunto com a instituição líder da distribuição pública das Debêntures, todos os documentos necessários à obtenção do registro da distribuição junto à CVM;



i) contratar, durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, agência de *rating* que divulgue relatório com a súmula da classificação de risco e encaminhar cópia do referido relatório para o Agente Fiduciário;

j) manter contratados, durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, banco mandatário, instituição escrituradora e agente fiduciário, além do SND; e,

l) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM.

5.2. A Emissora obriga-se a ressarcir o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão.

5.2.1. As despesas a que se refere o item 5.2. acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

a) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;

b) extração de certidões; e,

c) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

5.2.2. O crédito do Agente Fiduciário, por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma dos itens 5.2. e 5.2.1. acima, será acrescido à dívida da Emissora e preferirá às Debêntures na ordem de pagamento.

5.2.3. O ressarcimento das despesas será efetuado imediatamente após a entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas, necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas.

#### **Cláusula VI. AGENTE FIDUCIÁRIO**

6.1. A Emissora nomeia e constitui, como agente fiduciário da 3.ª Emissão, Planner Corretora de Valores S/A, acima qualificada, que, neste ato e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da legislação e regulamentação aplicável e da presente Escritura de Emissão, representar perante a Emissora os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.2. O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara:



- a) aceitar a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação e regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão;
- b) aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;
- c) sob as penas da lei, não estar impedido, nos termos do artigo 66, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 10 da Instrução CVM n.º 28/1983, para exercer a função que lhe é conferida;
- d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer plenamente suas funções;
- e) ter verificado, neste ato, a veracidade das informações contidas na presente Escritura de Emissão; e,
- f) ter verificado que a constituição da garantia flutuante atende ao limite previsto no artigo 60, parágrafo 1.º, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até o vencimento final das Debêntures da 3.ª Emissão ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a seguinte remuneração, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão:

- a) parcelas trimestrais de R\$6.000,00 (seis mil reais), devidas a primeira na data da assinatura desta Escritura de Emissão e as demais devidas trimestralmente, até o vencimento das Debêntures ou o cancelamento de todas as Debêntures, caso estejam em tesouraria, observado o disposto no item (b) abaixo;
- b) a remuneração prevista na alínea "a" acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de valores devidos e não pagos pela Emissora aos Debenturistas;
- c) as parcelas referidas acima serão atualizadas anualmente, a partir da data da registro das Debêntures na CVM até a data do efetivo pagamento, com base no IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo;
- d) a remuneração do Agente Fiduciário será acrescida dos seguintes impostos, nas alíquotas vigentes à época de cada pagamento: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração, excetuando o Imposto sobre a Renda, que será de responsabilidade do Agente Fiduciário;



e) a remuneração do Agente Fiduciário não inclui as despesas por este incorridas no exercício de suas funções e no cumprimento de seus deveres, que serão reembolsadas pela Emissora na forma dos itens 5.2., 5.2.1. e 5.2.2. e 5.2.3. acima;

f) em caso de inadimplemento das obrigações de pagamento aos Debenturistas estabelecidas nesta Escritura de Emissão, todas as despesas com procedimentos legais em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser suportadas pela Emissora, observado o disposto no item 5.2.3. acima;

g) no caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais e administrativos em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser primeiramente aprovadas e posteriormente adiantadas pelos Debenturistas e, conforme previsto na legislação e regulamentação aplicáveis e nesta Escritura de Emissão, ressarcidas pela Emissora, observado o disposto no item 5.2.3. acima. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra eles intentadas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

6.5. São deveres do Agente Fiduciário, sem prejuízo de outros previstos na legislação e regulamentação aplicáveis:

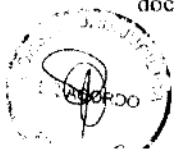
a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;

b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

c) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas na Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas e defeitos de que tenha conhecimento;

e) promover nos órgãos competentes, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;



f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;

h) verificar a regularidade da constituição da garantia flutuante, observando a manutenção de sua suficiência e executibilidade;

i) solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;

j) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;

k) convocar, quando necessário, Assembléia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;

l) comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

m) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

m.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

m.2) alterações estatutárias ocorridas no período;

m.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;

m.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

m.5) resgate, amortização e pagamento da Remuneração das Debêntures, realizados no período, bem como aquisições e vendas das Debêntures efetuadas pela Emissora, se for o caso;

m.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da 3.ª Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

m.7) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração;



m.8) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;

m.9) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das Debêntures;  
e,

m.10) declaração sobre sua aptidão para continuar no exercício da função de Agente Fiduciário;

n) colocar o relatório de que trata o item anterior à disposição dos Debenturistas, no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

n.1) na sede da Emissora;

n.2) no seu escritório;

n.3) na CVM;

n.4) nas Bolsas de Valores, ou mercado de balcão organizado, quando for o caso; e,

n.5) nas dependências da(s) instituição(ões) financeira(s) que liderar(em) a colocação das Debêntures, conforme por esta(s) indicado;

o) publicar, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncios comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea "n" acima;

p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora e à instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures;

q) coordenar o sorteio das Debêntures a serem amortizadas, se for o caso;

r) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer; e,

s) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias da ocorrência do evento, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e às Bolsas de Valores ou mercado de balcão organizado, quando for o caso. Caso não seja possível notificar individualmente os Debenturistas, o Agente Fiduciário fará publicar a comunicação de que trata este item "s" nos jornais habitualmente utilizados pela Emissora para a realização de suas publicações, na forma do item 4.17, desta Escritura de Emissão.

6.6. Observado o disposto no item 4.11, acima, no caso de inadimplemento da Emissora o Agente Fiduciário usará toda e qualquer ação para a proteger direitos ou defender interesses da comunhão dos Debenturistas, devendo, para tanto:



11/

11/

e a Emissora e

1

o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita a comunicação prévia à CVM e às normas aplicáveis.

6.7.5. A substituição do Agente Fiduciário, em caráter permanente, será objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser averbado no Registro do Comércio onde será registrada a presente Escritura de Emissão.

6.7.6. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após a nomeação, comunicá-la aos Debenturistas, mediante publicação nos órgãos de imprensa onde a Emissora deve efetuar suas publicações relativas à Emissão.

6.7.7. Em caso de renúncia do Agente Fiduciário, este deverá permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição.

6.7.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas editadas pela CVM.

#### **Cláusula VII. ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia, nos termos do artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, e pela CVM.

7.2.1. Não serão computadas, para fins de (i) cálculo dos 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, (ii) aferição do *quorum* de instalação e, (iii) aferição do *quorum* de deliberação, as Debêntures que se encontrarem em tesouraria da Emissora, ou que sejam de titularidade de suas coligadas e controladas, ou de seus controladores, diretores ou membros de seu Conselho de Administração. Para aferição do *quorum* de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

7.3. Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações para a assembleia geral de acionistas.

7.4. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.5. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, cada Debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, com exceção das matérias para as quais estiver previsto *quorum* qualificado em lei ou na presente Escritura de Emissão.



7.6. Qualquer modificação nas condições das Debêntures dependerá da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.

7.7. A alteração das demais disposições da presente Escritura de Emissão dependerá da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em circulação.

7.8. Para efeito de cálculo do *quorum* de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula VII não serão computadas as Debêntures que se encontrarem em tesouraria da Emissora, ou que sejam de titularidade de suas coligadas e controladas, ou de seus controladores, diretores ou membros de seu Conselho de Administração e, para efeitos de *quorum* de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

7.9. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas assembleias gerais dos Debenturistas.

7.10. O Agente Fiduciário deverá comparecer à assembleia dos Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

7.11. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, observado o *quorum* estabelecido nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia de Debenturistas.

#### **Cláusula VIII. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DO AGENTE FIDUCIÁRIO**

8.1. A Emissora declara e garante aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, que:

a) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta de capital autorizado, de acordo com as leis brasileiras;

b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

c) os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

d) a celebração desta Escritura de Emissão, a emissão e a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam (a) qualquer contrato ou documento do qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (b)



qualquer lei, decreto, regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;

e) a Emissora tem todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades;

f) a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;

g) as demonstrações financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2003, 31 de dezembro de 2002 e 31 de dezembro de 2001 representam corretamente a condição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

h) o prospecto definitivo ("Prospecto") conterà, na data de início da distribuição das Debêntures: (i) todas as informações relevantes em relação à Emissora no contexto da 3.<sup>a</sup> Emissão e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram prestadas; (ii) as declarações contidas no Prospecto em relação à Emissora são verdadeiras e corretas e não enganosas ou inverídicas; (iii) as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas no Prospecto em relação à Emissora foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base nas suposições razoáveis; (iv) não há fatos relativos à Emissora ou relativos às Debêntures não divulgados no Prospecto cuja omissão, no contexto dessa 3.<sup>a</sup> Emissão, faça com que alguma declaração relevante do Prospecto seja incorreta, enganosa ou inverídica; e, (v) todos os esforços foram feitos pela Emissora para assegurar que as declarações, informações e fatos descritos no Prospecto em relação à Emissora são verdadeiros;

i) exceto pelas contingências informadas no Prospecto, não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral ou inquérito dos quais a Emissora tenha conhecimento, que possa vir a causar impacto adverso na Emissora, em sua condição financeira, ou em suas atividades; e,

j) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições.

#### 9.2 O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora que:

a) é uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;

b) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;



c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

e) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições.

#### **Cláusula IX. NOTIFICAÇÕES**

9.1. Todos os documentos e as comunicações a serem enviados por qualquer das Partes, nos termos desta Escritura de Emissão, deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:  
Rua Joaquim Carlos, n.º 396 - Belenzinho  
CEP: 03019-900  
São Paulo - SP  
Tel.: (11) 6099-5813  
Fax: (11) 6292-9234  
A/C Sr. Vinicius Vieira Ramos

Para o Agente Fiduciário:  
Avenida Paulista, n.º 2.439, 11.º andar  
CEP: 01311-300  
São Paulo - SP  
Tel: (11) 3061-9444 ramal 467  
Fax: (11) 3060-9575  
A/C Sr. Artur Martins de Figueiredo

Para o Banco Mandatário e Instituição Escrituradora:  
Av. Ipiranga, n.º 282 - 15.º andar  
CEP: 01046-920  
São Paulo - SP  
Tel: (11) 3235-9377  
Fax: (11) 3256-1036  
At.: Departamento de Mercado de Capitais

9.2. Os documentos e as comunicações serão considerados entregues quando recebidos, conforme o caso, sob protocolo ou com "Aviso de Recebimento" expedido



21

pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações efetuadas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo expedido pelo equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação.

9.3. Os originais dos documentos enviados por fac-símile ou por correio eletrônico deverão ser encaminhados para os endereços mencionados no item 9.1. acima em até 24 (vinte e quatro) horas após o envio da mensagem.

#### **Cláusula X. DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos ou faculdades ou constituirá uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores a qualquer título.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

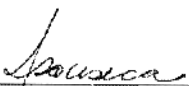
E por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente Aditamento em 4 (quatro) vias de igual teor e forma e para o mesmo fim, em conjunto com as 02 (duas) testemunhas abaixo.

São Paulo, 12 de abril de 2004.



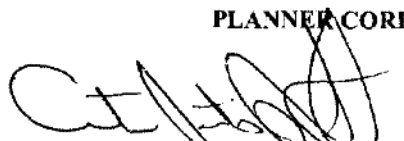
[Página de assinaturas do  
PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE  
ESCRITURA DA  
3.ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA  
S.A. FÁBRICA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS VIGOR]


**S.A. FÁBRICA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS VIGOR**

  
Nome: CARLOS ROBERTO FONSECA  
Cargo: PROCURADOR

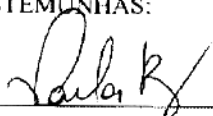
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_

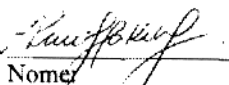
**PLANNER CORRETORA DE VALORES SA**

  
Nome: Artur M. de Figueiredo  
Cargo: Diretor

  
Nome: Viviane A. A. dos Santos  
Cargo: Procuradora

**TESTEMUNHAS:**

  
Nome: Paula Regina Munhoz  
RG: 25.140.148-2  
CPF: 254.831.258-8

  
Nome: Maria Yumi Takehara  
RG: 10.141.147-8  
CPF: 10.141.147-8

